



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

## **PREÂMBULO**

A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, visa promover a eficiência e a eficácia da gestão pública através da concretização do princípio da subsidiariedade, «devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos» (n.º 2, do artigo 2.º da aludida Lei).

Neste sentido, a transferência de atribuições e competências efetua-se para a autarquia local que se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa. Sob este pressuposto, a par de outras atribuições, foi delegado nas câmaras municipais o poder para licenciar e fiscalizar instalações de armazenamento de produtos de petróleo, instalações de postos de abastecimento de combustíveis e áreas de serviço não localizados na rede viária regional e nacional.

Posteriormente, estas atribuições foram regulamentadas pelos Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro, e Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, onde são estabelecidos os procedimentos e definidas as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização, e ainda pela Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, que define os elementos a fornecer pelo promotor e os procedimentos a seguir na instrução do processo de licenciamento, bem como os requisitos a satisfazer para atribuição das licenças de construção e de exploração da instalação.

Tendo em conta este panorama legal a Câmara Municipal do Seixal publicou, através do seu Edital n.º 102/2004, um regulamento transitório, de modo a promover um período experimental no que concerne ao licenciamento e fiscalização das instalações acima mencionadas.

Reunidas as necessárias experiência e ilações encontramos-nos, atualmente, preparados para estabelecer um regulamento definitivo, o qual pretende explicitar as grandes opções da Câmara Municipal do Seixal no que concerne a este teor de licenciamento e que assenta sobre os seguintes pressupostos:

- a) O já citado período experimental que entretanto vigorou até à entrada em vigor do presente regulamento;
- b) Os princípios constitucionais sobre a reforma administrativa que visam a modernização da administração pública, a saber:
  - O princípio da desburocratização;
  - O princípio da aproximação dos serviços às populações;



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

- A adoção de um conceito de qualidade atual, no qual a satisfação do munícipe, o planeamento estratégico e a melhoria contínua ao nível organizacional assumam importância capital.

Assente nos princípios acima definidos, o presente regulamento pretende:

- 1 - Ultrapassar a escassez de meios humanos e materiais dos serviços camarários nesta especialidade, estabelecendo, mediante a celebração de contrato ou por via de protocolo, as condições de prestação de serviços pelas entidades inspetoras de combustíveis reconhecidas pela Direção Geral de Geologia e Energia e acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação.
- 2 - Fixar o valor das taxas atinentes ao licenciamento das instalações de armazenamento, sob o pressuposto, apenas e só, de garantir um serviço público de qualidade.
- 3 - Ter em conta o estipulado na legislação que rege o tipo de licenciamento aqui em causa, apenas regulamentando especificidades decorrentes da realidade autárquica.

Assim, no exercício da responsabilidade e competência que a lei comete à Câmara Municipal do Seixal (CMS), nos termos previstos nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, em conjugação com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi elaborado o presente regulamento, o qual deverá ser submetido à apreciação pública durante o período de 30 dias, para os efeitos previstos no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, devendo a sua publicação ser efetuada no Diário da República e Boletim Municipal.

## **CAPÍTULO I**

### **Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo e Postos de Abastecimento**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto, âmbito e definições**

O objeto, âmbito e definições relativos ao presente diploma obedecem ao disposto nos artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro.



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

## **Artigo 2.º**

### **Requisitos para o licenciamento**

- 1 - A construção, exploração, alteração de capacidade e outras alterações que de qualquer forma afetem as condições de segurança da instalação ficam sujeitas a licenciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro.
- 2 - Os elementos a fornecer pelo promotor e os procedimentos a seguir na instrução do processo de licenciamento, bem como os requisitos a satisfazer para a atribuição de licenças de construção e de exploração da instalação, são definidos na Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.
- 3 - Todas as especificidades decorrentes da realidade autárquica, inseridas no âmbito dos pontos anteriores, são introduzidas pelo presente diploma.
- 4 - Toda a atividade que implique construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação das instalações de armazenamento e dos postos de abastecimento de combustíveis, considerada relevante em termos urbanísticos pela CMS, obedecerá ao regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares, com as especificidades estabelecidas neste diploma.
- 5 - De acordo com o disposto no Decreto n.º 198/70, de 7 de maio, e no Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, carecem de licenciamento as instalações de armazenagem referidas no anexo I do presente regulamento.

## **Artigo 3.º**

### **Processo de licenciamento**

- 1 - A entidade promotora apresenta o pedido de licenciamento à CMS, a quem incumbe a instrução do respetivo processo.
- 2 - A instrução do processo de licenciamento poderá incluir a consulta a outras entidades nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro e artigo 8.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro, bem como a realização de vistorias.
- 3 - A instrução do processo conclui-se com a concessão da licença de exploração da instalação.

## **Artigo 4.º**

### **Pedido de Licenciamento**

- 1 - O pedido de licenciamento é apresentado em requerimento dirigido ao presidente da CMS e deverá:



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

- Conter os elementos especificados no artigo 1.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.
- Fazer-se acompanhar da documentação mencionada no artigo 2.º do mesmo diploma.

2 - Os documentos que constituem o projeto são assinados por um projetista inscrito na Direção Geral de Geologia e Energia, o qual deverá juntar declaração de conformidade do projeto com a regulamentação de segurança aplicável, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro e artigo 3.º Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.

3 - A memória descritiva deve obedecer aos parâmetros estabelecidos no artigo 5.º da aludida portaria.

4 - As peças desenhadas devem respeitar o disposto no artigo 6.º da mesma portaria.

5 - Quando exigido pela legislação específica das áreas ambiental ou de segurança, deverão ser juntos os elementos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, nos termos aí estabelecidos.

### **Artigo 5.º**

#### **Verificação de Conformidade**

1 - A CMS verifica a conformidade do pedido com o disposto no número anterior, ou a necessidade de informação suplementar para a correta avaliação do projeto, no prazo de 30 dias.

2 - O requerente deve apresentar os elementos solicitados ou comunicação de intenção no prazo de 30 dias, contados a partir da receção da notificação, mantendo-se suspensa, por igual período, a instrução do respetivo processo.

3 - O não cumprimento por parte do requerente do disposto no número anterior implica a anulação do pedido de licenciamento.

4 - Estando o processo devidamente instruído a CMS:

- a) Emite as guias para pagamento da taxa relativa à apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração;
- b) Envia cópia do processo, ou das suas partes relevantes, às entidades a consultar, em conformidade e nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro e do artigo 8.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.

### **Artigo 6.º**

#### **Vistoria Inicial**

1 - Apresentado pelo requerente o comprovativo de pagamento da taxa devida, a CMS efetua a vistoria inicial após prévia convocatória das entidades participantes, nos termos dos n.ºs 1 a 4 do

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, tendo em consideração o disposto no artigo 10.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.

2 - A CMS pode dispensar a realização da Vistoria Inicial, tendo em atenção a dimensão do projeto e se considerar que a documentação apresentada pelo promotor proporciona informação suficiente.

### **Artigo 7.º**

#### **Aprovação do projeto**

1 - A CMS envia ao requerente a decisão sobre o projeto, nos termos previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, para a qual terá em conta a análise do processo, os contributos das entidades consultadas e as conclusões do relatório da vistoria que tenha sido realizada, bem como os pareceres condicionantes exigíveis a que se refere o artigo 11.º do Decreto-Lei acima referido.

2 - A aprovação do projeto é condicionante para o pedido da licença de construção, ampliação ou alteração a conceder pela CMS quando aplicável, tendo em conta a relevância urbanística da intervenção, nos termos do disposto no artigo 12.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.

3 - O empreiteiro e o responsável técnico na obra pela execução do projeto estarão cobertos por apólice de seguro de responsabilidade civil, conforme o previsto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, nos termos do disposto no artigo 13.º da Portaria n.º 1188/2003.

### **Artigo 8.º**

#### **Vistoria Final**

Concluída a execução da instalação, e tendo o promotor requerido a vistoria final, como previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, a CMS:

- a) Emite as guias para pagamento da taxa correspondente, prevista no anexo II do presente regulamento;
- b) Marca a data de realização da vistoria;
- c) Fixa o montante do seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir os riscos associados à respetiva atividade.
- d) Convoca para a vistoria final pelo menos as entidades presentes na vistoria inicial, caso tenha sido realizada, em conformidade com o artigo 6.º deste regulamento.



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

**Artigo 9.º**

**Licença de Exploração**

- 1 - Efetuada a vistoria e tendo o promotor pago a respetiva taxa e feito prova da titularidade de apólice seguro de responsabilidade civil, a CMS emite a licença de exploração, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 267/2002.
- 2 - Salvo fundamentação comunicada ao promotor juntamente com a decisão prevista no artigo 7.º, as licenças de exploração terão a duração de 20 anos.
- 3 - O título de licença de exploração conterá, no mínimo, os elementos mencionados no artigo 16.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro.

**Artigo 10.º**

**Alteração e cessação da exploração**

- 1 - A entidade exploradora de uma instalação de armazenamento ou de um posto de abastecimento deve comunicar à CMS, em pedido devidamente documentado, solicitando o respetivo averbamento no processo correspondente:
  - a) A transmissão, a qualquer título, da propriedade;
  - b) A mudança de entidade exploradora e de responsável técnico;
  - c) A mudança de produto afeto aos equipamentos;
  - d) A suspensão de atividade por prazo superior a um ano.
- 2 - Em caso de cessação de atividade, a comunicação será acompanhada do pedido de cancelamento da licença.

**Artigo 11.º**

**Segurança técnica das instalações**

- 1 - As instalações de armazenamento de derivados do petróleo e os postos de abastecimento são objeto de inspeção periódica, quinquenal, destinada a verificar a conformidade da instalação com as condições aprovadas no âmbito do licenciamento, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/2002.
- 2 - Sempre que seja detetada uma situação de perigo grave para a saúde, a segurança de pessoas e bens, a higiene e a segurança dos locais de trabalho e o ambiente, a CMS tomará as imediatas

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

providências que em cada caso se justifiquem, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 267/2002.

3 - Em caso de cessação de atividade o promotor deverá atuar em conformidade com o disposto no artigo 21.º do mesmo diploma.

## **Artigo 12.º**

### **Taxas**

1 - O n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro tipifica os atos sujeitos a pagamento de taxas e remete, no n.º 2 do mesmo artigo, para regulamento municipal a definição dos montantes dessas mesmas taxas.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 22.º do decreto-lei referido no número anterior determina a CMS o seguinte:

Os montantes das taxas a cobrar pelos atos previstos no n.º 1 do artigo 22.º do mesmo diploma, são determinados em função da capacidade total dos reservatórios e definidos em relação a uma taxa base, adiante designada TB, nos termos constantes do anexo II do presente regulamento, que dele faz parte integrante.

a) O valor da TB é de 100 euros.

b) Este montante poderá ser revisto anualmente.

2 - As taxas e os quantitativos correspondentes a despesas feitas pelos serviços que constituam encargos do detentor da licença são pagas no período de 30 dias, na forma e local a indicar pela CMS mediante guias a emitir.

3 - A cobrança coerciva das dívidas provenientes da falta de pagamento das taxas far-se-á pelo processo de execução fiscal, servindo de título executivo a certidão passada pela CMS.

## **Artigo 12.º - A**

### **Fundamentação económico-financeira**

1 - O valor da taxa base de 100 euros prevista no artigo anterior, aplicável em função da capacidade total dos reservatórios, é justificado pela imputação proporcional dos custos diretos e dos custos de estrutura, denominados de custos comuns, constantes do Anexo VII ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante, os quais incluem os custos diretos, os custos indiretos, os encargos financeiros, as amortizações e os investimentos realizados pelo município, bem como, pela imputação dos custos e benefícios sociais, consubstanciados nos efeitos de carácter negativo que estas licenças têm sobre os restantes munícipes, designadamente por se tratarem de atividades



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

poluidoras, e do correspondente benefício auferido pelo titular da licença que fica habilitado a exercer uma atividade económica com fins lucrativos.

2 - Em resultado da complexidade da legislação aplicável à atividade objeto deste regulamento e dos particulares deveres de fiscalização em termos de garantia das condições de segurança, a apreciação dos projetos apresentados para efeitos de licenciamento ao abrigo do presente regulamento revela-se particularmente morosa e delicada e implica uma afetação de recursos humanos qualificados, com o inerente acréscimo de custos para a CMS, que não pode deixar de ser refletido na liquidação das taxas a cobrar.

**Artigo 13.º**

**Fiscalização e contraordenações**

1 - As instalações abrangidas pelo presente diploma são sujeitas a fiscalização pela CMS, no respeito pelo exarado no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 267/2002.

2 - As práticas da CMS no respeitante ao regime e processo de contraordenações em âmbito de licenciamento regem-se pelo disposto nos artigos 26.º, 27.º, 28.º e 29.º do diploma referido no número anterior.

**CAPÍTULO II**

**Áreas de Serviço**

**Artigo 14.º**

**Âmbito, definição e competência**

O âmbito, definições e competências relativos ao presente capítulo obedecem ao disposto nos artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 260/2002 de 23 de novembro.

**Artigo 15.º**

**Licenciamento**

O processo de licenciamento, de instalação e o funcionamento das áreas de serviço regem-se pelo exarado nos artigos 4.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 260/2002.



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

**Artigo 16.º**

**Taxas**

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 260/2002, as taxas relativas à licença de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação encontram-se previstas no Regulamento Municipal das Taxas de Edificação e Urbanização.

**CAPÍTULO III**

**Atividade das Entidades Inspetoras de Combustíveis**

**Artigo 17.º**

**Enquadramento**

- 1 - O presente capítulo visa regulamentar a atividade das Entidades Inspetoras de Combustíveis (EIC) apenas no que diz respeito ao licenciamento e fiscalização das instalações, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 1211/2003 de 16 de outubro, com remissão para o Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro.
- 2 - Conforme o estipulado pelo artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, as inspeções periódicas são realizadas por entidades acreditadas no âmbito do Sistema Português da Qualidade, nos termos da Portaria n.º 1211/2003 de 16 de outubro.
- 3 - De acordo com o n.º 2 do artigo 8.º da portaria mencionada no número anterior, as EIC realizam as inspeções a pedido dos proprietários, das entidades exploradoras ou das entidades licenciadoras da instalação, no respeito pelo mesmo Estatuto.
- 4 - Sem prejuízo das suas competências, a CMS pode delegar as ações de vistoria, inspeção, inquéritos, peritagens, relatórios e pareceres no âmbito deste regulamento, a Entidades Inspetoras de Combustíveis (EIC) reconhecidas pela Direção Geral de Geologia e Energia (DGGE), obedecendo ao disposto na Portaria n.º 1211/2003 de 16 de outubro.
- 5 - As EIC reconhecidas pela Direção Geral de Geologia e Energia que pretendam efetuar as operações mencionadas no ponto anterior, dentro da área de intervenção da CMS, deverão proceder à sua inscrição como fornecedores de serviços deste município e cumprir os requisitos mencionados no Anexo V deste regulamento.
- 6 - A CMS apenas aceitará a inscrição de EIC devidamente reconhecidas pela DGGE e que, conseqüentemente, exerçam a sua atividade no respeito pelos requisitos exarados no Estatuto

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

aprovado pela portaria mencionada no ponto 1 do presente artigo e demais disposições legais aplicáveis.

#### **Artigo 18.º**

##### **Omissões**

Em tudo o omissa no presente regulamento aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 260/2002 de 23 de novembro, Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro e na Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro, bem como na regulamentação de segurança aplicável.

#### **Artigo 19.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação em Diário da República.

#### **Anexos:**

- I) Instalações objeto de licenciamento;
- II) Taxas de licenciamento e vistorias;
- III) Montantes dos Seguros de Responsabilidade Civil;
- IV) Obrigações das EIC;
- V) Documentação Curricular e Outra
- VI) Modelo de Declaração referida no ponto 3 do Anexo V

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

## ANEXO I

### **Instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo cujo licenciamento é competência da CMS**

1 - Tal como é referido no n.º 5 do artigo 2.º do presente regulamento, é da competência da CMS o licenciamento de:

- a) Instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos com capacidade igual ou inferior a 50 m<sup>3</sup> e parques de armazenagem de garrafas de GPL;
- b) Instalações de armazenagem de combustíveis líquidos com capacidade igual ou inferior a 200 m<sup>3</sup>;
- c) Instalações de armazenagem de outros produtos derivados do petróleo com capacidade igual ou inferior a 500 m<sup>3</sup>;
- d) Postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional.

2 - O licenciamento de instalações de armazenagem de produtos derivados do petróleo é obrigatório para as capacidades superiores às indicadas no quadro que se segue (lista não exaustiva), de acordo com o disposto no Decreto n.º 198/70 de 7 de maio:

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

## ANEXO II

### Taxas de licenciamento e de vistorias

1 - Conforme o estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do presente regulamento, ficam estabelecidas as taxas de acordo com os termos indicados no seguinte quadro:

TB	Capacidade total dos reservatórios (em m <sup>3</sup> )			
	≥ 100	≥ 50 < 100	≥ 10 < 50	< 10
Atos	TB uni	TB uni	TB uni	TB uni
Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração	8 Acrescido de 0,1 TB por cada 10 (ou fração) acima de 10 833,05 €	4 416,52 €	2,5 260,33 €	2,5 260,33 €
Vistorias relativas ao processo de licenciamento	5,5 572,72 €	4,5 468,59 €	3 312,39 €	3 312,39 €
Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	5,5 572,72 €	4,5 468,59 €	3 312,39 €	3 312,39 €
Repetição da vistoria para verificação das medidas impostas	5,5 572,72 €	4,5 468,59 €	3 312,39 €	3 312,39 €
Averbamentos	1 104,13 €	1 104,13 €	1 104,13 €	1 104,13 €

## ANEXO III

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

### **Montantes dos Seguros de Responsabilidade Civil**

O n.º 6 do artigo 13.º e o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro estabelecem a necessidade da entidade licenciadora definir os montantes dos seguros de responsabilidade civil que cubra os riscos da atividade de projetista, empreiteiro, responsável pela execução dos projetos e titulares da licença de exploração.

Esta imposição levou à publicação, por parte da administração central, de várias portarias e despachos que estabelecem os valores dos seguros de responsabilidade civil para as atividades acima enumeradas.

No entanto, subsiste ainda um vazio regulamentar no que concerne às instalações de armazenamento de combustíveis líquidos cujas capacidades se inserem nas competências de licenciamento das câmaras municipais. Esta situação levanta, nestas instituições, sérias dificuldades quanto à escolha dos critérios fundamentadores dos valores dos seguros a estabelecer.

Deste modo, importa esclarecer os critérios conducentes aos montantes aqui estabelecidos:

1 - Os valores determinados no presente anexo serão aqueles que se encontram atualmente em vigor nas direções regionais, com as seguintes exceções:

- a) No caso de se verificar a inexistência de apólice de seguro no valor aqui estabelecido, a obrigação dos empreiteiros considera-se suprida pelo seguro correspondente ao alvará que possua, de acordo com o artigo 13.º da Portaria n.º 1188/2003 de 10 de outubro;
- b) Na falta de apólice de seguro respeitante ao responsável técnico na obra pela execução do projeto, considera-se que a respetiva responsabilidade é assumida pelo empreiteiro nos termos referidos na alínea anterior.

2 - No atinente à atividade dos projetistas, empreiteiros, entidade exploradora e técnicos responsáveis pela execução da obra, a entrega de qualquer apólice de seguro de responsabilidade civil abaixo dos valores aqui estabelecidos será objeto de análise pontual por parte da CMS, resultando a sua aceitação ou rejeição da emissão de um parecer devidamente fundamentado por parte desta autarquia, tendo em conta:

- a) As coberturas, valores estabelecidos e adequação dos mesmos face à atividade exercida pelas entidades apresentantes e ao tipo de instalação de armazenamento em sede de licenciamento.

3 - Os valores aqui apresentados podem ser alvo de revisão anual.

Assim, a CMS define como montante para o seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos da respetiva atividade os seguintes valores:



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

<b>Atividade</b>	<b>Valor (€)</b>
Projetista	250 000
Empreiteiro	1 350 000
Responsável técnico pela execução do projeto	250 000
Titular da licença de exploração	1 350 000

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

### Obrigações das EIC

Na sequência do n.º 5 do artigo 17.º do presente regulamento, são obrigações das EIC:

- 1 - O envio à CMS, com periodicidade mensal, de um relatório das inspeções efetuadas ao abrigo da Portaria n.º 1211/2003 de 16 de outubro;
- 2 - Esse relatório deve conter:
  - a) Dados da Entidade Exploradora;
  - b) Localização da instalação;
  - c) Caracterização da instalação;
  - d) Conclusões da inspeção.
- 3 - Sem prejuízo do estabelecido neste regulamento, será celebrado um contrato/protocolo de prestação de serviços entre a CMS e as EIC.
- 4 - No caso de incumprimento ou de cumprimento defeituoso das obrigações assumidas pelas EIC, para além do montante indemnizatório eventualmente devido e correspondente aos danos causados, poderá a CMS aplicar penalidades correspondentes a um valor não superior a dez por cento do valor do contrato, graduadas conforme a gravidade da infração e que, cumulativamente, não poderão exceder 20 por cento do valor do contrato.
- 5 - As EIC não poderão ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização fornecida por escrito pela CMS.
- 6 - O incumprimento contratual por uma das partes dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de rescindir o contrato sem prejuízo do pagamento das indemnizações legais que se mostrem devidas.
- 7 - Sem prejuízo da possibilidade de vir a ser constituído tribunal arbitral, para todas as questões emergentes do contrato será competente o tribunal da Comarca do Seixal.
- 8 - As ações efetuadas pelas EIC no âmbito do processo de licenciamento deverão ser desenvolvidas no respeito pelos prazos indicados no presente regulamento.
- 9 - Os inquéritos a acidentes deverão ser iniciados imediatamente após a solicitação por parte da CMS, quando do acidente resultem mortes, ferimentos graves ou prejuízos materiais importantes.
- 10 - Os pedidos de intervenção por parte da CMS às EIC poderão ser efetuados por qualquer meio de comunicação, incluindo o telefone, mas deverão ser sempre reduzidos a escrito no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- 11 - O pagamento dos trabalhos efetuados será feito no prazo de 90 dias após a data da apresentação da correspondente fatura, desde que o seu teor seja confirmado pelos serviços competentes da CMS.

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

12 - Para efeitos do disposto no número anterior, a EIC deverá apresentar mensalmente aos serviços competentes da CMS uma relação escrita da qual constem os serviços efetuados no mês imediatamente anterior e cópia dos relatórios de intervenção correspondentes.

13 - A relação de serviços a que se refere o número anterior deverá ser validada no prazo máximo de oito dias. No caso de considerar que os serviços dela constantes, ou alguns deles, não foram integralmente realizados ou foram efetuados de forma defeituosa, deverá a CMS dar conhecimento desse facto à EIC, bem como a indicação sumária dos motivos pelos quais não valida integralmente a relação apresentada.

14 - No caso da relação de serviços apresentada não ser integralmente validada pela CMS, deverá a EIC providenciar para que o valor da fatura correspondente seja reduzido para o montante correspondente aos trabalhos efetivamente executados e validados pela CMS.

15 - As faturas que não forem emitidas em conformidade com o disposto nos números anteriores não serão pagas pela CMS, devendo ser devolvidas à EIC.

16 - As EIC receberão da CMS, por cada serviço efetuado de acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do presente regulamento, uma percentagem dos valores cobrados pela CMS constantes da tabela de taxas e outras receitas municipais, conforme protocolo/contrato a estabelecer entre ambas as partes e que definirá as linhas de atuação das EIC.

17 - Sempre que as EIC procedam à renovação do reconhecimento junto da DGGE, conforme o disposto no n.º 6 do artigo 4.º da Portaria n.º 1211/2003, devem desse facto dar conhecimento à CMS.

18 - As EIC ficam obrigadas a prestar a informação que lhes seja solicitada pela CMS.

## ANEXO V

### Documentação Curricular e Outra

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

As Entidades Inspetoras que pretendam inscrever-se na Câmara Municipal do Seixal, tal como previsto no n.º 5 do artigo 17.º deste regulamento, deverão fazê-lo apresentando a seguinte documentação na Divisão Administrativa de Urbanismo da CMS, constituindo os documentos um caderno indecomponível, numerados e assinados:

- 1 - Declaração de identificação na qual as EIC indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva, sede, filiais que interessem à execução de contratos, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigar, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória.
- 2 - Documento comprovativo do seu reconhecimento pela Direção Geral de Geologia e Energia enquanto Entidade Inspetora de Instalações de Combustíveis Derivados do Petróleo, nos termos do respetivo Estatuto estabelecido através da Portaria n.º 1211/2003 de 16 de outubro.
- 3 - Declaração de compromisso emitida conforme Anexo VI.
- 4 - Descrição das técnicas a utilizar e das metodologias de atuação bem como outras obrigações que pretenda assumir em termos de garantir a mais adequada execução e progressão dos trabalhos.
- 5 - Indicação do tempo médio por inspeção.
- 6 - Declaração com a indicação do número de atos inseridos no âmbito de licenciamento já realizados no Concelho do Seixal.
- 7 - Outra documentação que entendam ser abonatória para a apreciação em causa.

## ANEXO VI

### Modelo de Declaração referida no ponto 3 do Anexo V



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regulamento de Procedimentos de  
Licenciamento de Instalações de  
Armazenamento de Produtos Derivados  
do Petróleo, Instalações de  
Abastecimento de Combustíveis  
Líquidos e Gasosos Derivados do  
Petróleo e Áreas de Serviço**

Data: 2013/01/14

1 - .....(1), titular do bilhete de identidade n.º ....., residente em ..... na qualidade de representante legal de .....(2), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (3):

a) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívida por impostos ao Estado Português;

b) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos à autarquia local em causa;

c) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a) (4);

d) Não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;

e) Não foi condenado/a, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional nem foi disciplinarmente punido/a por falta grave em matéria profissional (5);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95 de 14 de setembro (6);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 396/91 de 16 de outubro (6);

h) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado membro da União Europeia de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a) (7).

2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do procedimento, bem como a participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

3 - Se a CMS o solicitar, a EIC obriga-se a apresentar documentos comprovativos de qualquer das situações referidas no n.º 1 desta declaração.

4 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivos que lhe sejam imputados, determina a anulação da sua inscrição.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

 <p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p><b>Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço</b></p>	<p>Data: 2013/01/14</p>
---	---	-------------------------

---

(data e assinatura) (8)

- (1) Identificação do declarante pessoa singular ou do/s representante(s) legal(ais) do concorrente, se tratar de pessoa coletiva.
- (2) Só aplicável a declarantes pessoas coletivas.
- (3) No caso do declarante ser pessoa singular suprimir a expressão «a sua representada».
- (4) Declarar consoante a situação.
- (5) Se foi objeto de condenação, indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Se foi objeto dessa sanção, indicar se já decorreu o período de inabilidade legalmente previsto.
- (7) Se foi objeto dessa sanção, indicar se já decorreu o prazo de prescrição legalmente previsto.
- (8) Assinatura do declarante pessoa singular ou do/s representante/s legal/ais do declarante, se se tratar de pessoa coletiva.